

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS
POLÍTICAS DO BANCO MUNDIAL PARA A EDUCAÇÃO
BRASILEIRA: UMA BREVE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS E
SUAS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Aroldo José Bichaco
UEL – bichaco.hist@gmail.com;
Janaina Cittolin dos Santos
UEL - janainacittolin@gmail.com.br;
Tania da Costa Fernandes
UEL - taniafernandes@uel.br

Eixo 8: Educação e Política

Resumo

Este artigo tem a proposta de desenvolver uma breve análise acerca das principais recomendações contidas em documentos publicados pelo Banco Mundial para a educação no Brasil, bem como discutir as relações entre a atual conjuntura política e econômica, orientada pelo neoliberalismo, com as diretrizes presentes na agenda deste Organismo Multilateral, no contexto do campo da educação. Para este estudo fez-se uso de uma abordagem qualitativa e, como procedimento de investigação, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e análise documental. Alcançou-se como resultado, que o Banco Mundial representa a agenda de mercado do grande capital, cujos objetivos não passam por uma educação de qualidade e emancipatória e, partir dessa prerrogativa, conclui-se que o Estado brasileiro corrobora com estes interesses e vem seguindo as recomendações do referido Organismo desde a década de 1990.

Palavras-chave: Banco Mundial; Educação; Neoliberalismo.

Introdução

Em um cenário no qual o Estado é o provedor de instituições públicas de educação básica e superior e facilita práticas ancoradas nos ideais neoliberais, encontra-se o ponto de partida da análise contida neste estudo, que desenvolve uma discussão acerca das principais recomendações do Banco Mundial (BM) para a educação no Brasil, bem como o atendimento às orientações deste banco numa conjuntura majoritariamente orientada por interesses capitalistas.

Neste estudo são discutidos alguns documentos do Banco Mundial que orientaram as principais políticas de abertura de mercado do sistema educacional desde os anos 1990, como as propostas contidas no documento “Um ajuste justo”, que foi publicado pelo BM no final de 2017 e que

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

viabiliza a percepção do projeto de nação que está sendo desenhado para a educação brasileira na atualidade.

Objetivos

O debate articulado neste artigo tem o objetivo de evidenciar as mudanças que estão ocorrendo no Brasil atual, em especial no campo da educação, compreender a conjuntura política e econômica que envolve esta temática e relacionar estes pontos com as recomendações previstas em alguns documentos elaborados e divulgados pelo Banco Mundial.

Metodologia

Neste estudo fez-se uso de uma abordagem qualitativa e, como procedimento de investigação, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a análise documental.

Referencial teórico

Os principais referenciais teóricos desta pesquisa são os relatórios publicados pelo BM indicados ao longo do artigo, além dos seguintes autores: Antunes, Laval, Saviani e Sguissardi e, ainda, a legislação educacional. Os referidos autores colaboram com as críticas acerca do impacto da influência da atuação do Estado como agente facilitador no processo de mercantilização do ensino, novo modelo de expansão da educação brasileira, ancorado ao aprofundamento das políticas neoliberais no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990.

Resultados e Discussão

A agenda do Banco Mundial para a educação no Brasil

A incorporação da temática relacionada à internacionalização da educação superior no Brasil ocorre e ganha força nos 1990, concomitantemente ao fenômeno da globalização. A influência de Organismos Multilaterais como o Banco Mundial ocorre por meio de recomendações

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

publicadas em forma de documentos que expressariam um interesse e apreço do Banco pela qualidade da educação neste nível de ensino.

Desde os anos 1980 o BM tem intensificado as recomendações acerca das políticas para o campo educacional nos países de economia periférica ou em desenvolvimento e existem três documentos que, em suma, disseminam teses que dão respaldo aos governos que decidirem aderir ao projeto de ajuste neoliberal do sistema público educacional, que são os seguintes: *Financing education in developing countries – An exploration of policy options* (WORLD BANK, 1986), de 1986; *Higher education: the lessons of experience* (WORLD BANK, 1994), de 1994; e *The financing and management of higher education – A status report on worldwide reforms*, (WORLD BANK, 1998).

O primeiro deles aponta para a defesa da tese do maior retorno privado e social dos investimentos em educação básica que o dos investimentos em educação superior a qual foi revisada (ou rejeitada) 14 anos depois no documento *Higher education in developing countries: peril and promise* (WORLD BANK, 2000), resultado de uma parceria entre o Banco Mundial e a Unesco (SGUISSARDI, 2015).

O segundo disserta sobre a crise universitária e o déficit público crônico devido à dimensão do fundo público destinado à educação superior, especialmente o “modelo europeu” de universidade, e propõe a chamada “universidade de ensino” onde a pesquisa científica, sua principal atividade-fim seria descartada. Além disso, recomenda maior diferenciação institucional por meios privados (expansão de matrículas e IES), bem como a diversificação de fontes de financiamento, contemplando a participação dos estudantes neste processo.

O último ratifica as recomendações previstas nos documentos anteriores e ainda que sugere que estas reformas propostas estariam muito mais voltadas para o mercado do que para a propriedade pública, devido ao crescimento do capitalismo de mercado e aos princípios neoliberais. Desta forma, o Banco Mundial evidencia a tese de que o ensino superior apresenta todas as condições para se subordinar às forças do mercado, pois o mesmo seria um bem antes privado do que público.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Coincidência ou não, é nesse contexto que se inicia o desmonte da educação pública federal no Brasil por meio da edição dos decretos já mencionados (2.207/97 e 2.306/97) que abrem legalmente as portas para a mercantilização da educação superior no país, a qual culmina com o surgimento de grandes conglomerados de educação com capital aberto, a partir de 2007, formando oligopólios no setor.

Neste mesmo período, Paulo Renato de Souza, o então Ministro da Educação do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e ex-vice-diretor de outro organismo multilateral, o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), assume a “liderança” desse desmonte ao não criar nenhuma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) ao longo de dois mandatos presidenciais, além de congelar recursos financeiros (incluindo salários).

Em relação às medidas econômicas, o Banco Mundial ratificou a opção pelo movimento de ajuste neoliberal, que defende a redução e privatização dos sistemas de seguridade social, flexibilização das relações de trabalho e, finalmente, a transferência de empresas e serviços públicos para a iniciativa privada.

A partir da prática das medidas acima mencionadas, é possível associar as ações subsequentes do governo federal em relação à educação superior pública, desde 1997, com o que Laval (2004) chama de novo de modelo de enquadramento, que é a categorização da educação como um bem de capital, o que vai ao encontro do que indica o documento *The financing and management of higher education – A status report on worldwide reforms*, (WORLD BANK, 1998) ao evidenciar que o ensino superior apresenta os requisitos necessários para se subordinar às forças do mercado.

É possível notar, portanto, que a estratégia do Banco Mundial de atribuir um caráter humanitário às recomendações para o sistema educacional, expressando uma suposta preocupação com a qualidade do ensino, se dissolve por completo quando se nota a minimização das responsabilidades inerentes ao Estado com relação à educação, o que favorece objetivamente o desenvolvimento do setor privado.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS
O governo Michel Temer e o “ajuste justo” do Banco Mundial para a
educação brasileira

A gestão de Michel Temer na Presidência da República, ao lado de um Congresso Nacional majoritariamente conservador, foi marcada pela radicalização de medidas neoliberais. A partir de 2016, de forma mais contundente após a confirmação do impeachment de Dilma Roussef, no final de agosto do mesmo ano, esse governo conseguiu aprovar uma reforma do ensino médio por Medida Provisória (MP nº 746 de setembro de 2016), com um evidente direcionamento da formação básica em nível médio para a preparação de mão de obra qualificada para o mercado, em detrimento de uma formação crítica, emancipadora, de conteúdo social e humanístico; foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95, que estabeleceu o congelamento dos gastos públicos para os próximos 20 anos; e a reforma trabalhista. A reforma da previdência só não avançou em 2017 e 2018, em função do cenário eleitoral vigente, mas foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 2019.

O relatório do Banco Mundial denominado *Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*, elaborado, como indicado pelo próprio banco, a pedido do governo federal, e divulgado em novembro de 2017, deve ser entendido justamente nesse contexto de um neoliberalismo bem mais agressivo. Nossa análise deste documento se limitará ao capítulo *Gastar Mais ou Melhor? Eficiência e Equidade da Educação Pública*, e não tem a pretensão de esgotar todas as possibilidades de problematização de seu conteúdo, mas tão somente apontar os aspectos desse documento que estão em consonância com o ultraliberalismo atual, a partir do qual vemos um processo de destruição dos direitos trabalhistas, da saúde pública, da previdência social e o claro desmonte dos sistemas públicos de educação.

A essência do documento é perceptível já pelo título da seção dedicada à educação, no qual fica inequívoca a ideia de que os problemas da educação brasileira não estão relacionados à falta de investimentos, mas de eficiência na gestão dos recursos a ela destinados.

De acordo com o PNE (Plano Nacional de Educação) atual, os gastos com a educação pública brasileira deveriam chegar a 10% do PIB

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

(Produto Interno Bruto) até 2024. Atualmente, estamos no patamar de 5,5% do PIB, os gastos públicos estão estagnados e o cumprimento das metas do plano, no que diz respeito à ampliação de vagas e melhora dos níveis de qualidade da educação estão seriamente comprometidos. (BASILIO, 2018). As recomendações do Banco Mundial entram em franca rota de colisão com esses princípios do PNE.

Na parte introdutória do documento, o Banco afirma que

[...] Se todos os municípios e estados fossem capazes de emular as redes escolares mais eficientes, seria possível melhorar o desempenho (em termos de níveis de aprovação e rendimento estudantil) em 40% no ensino fundamental e 18% no ensino médio, mantendo o mesmo nível de despesas públicas. Em vez disso, o Brasil está gastando 62% mais do que precisaria para atingir o desempenho atualmente observado em escolas públicas, o que corresponde a quase 1% do PIB. Os gastos públicos com o ensino superior também são altamente ineficientes, e quase 50% dos recursos poderiam ser economizados. (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 121)

Traduzindo em poucas palavras, de acordo com o Banco Mundial, a educação básica brasileira não precisa de mais dinheiro, mas de uma gestão mais eficiente. O documento chega a questionar a vinculação constitucional de 25% das receitas dos municípios aos gastos com educação. Já a educação superior, não apenas não necessitaria de mais recursos, como poderia ter os recursos destinados à sua manutenção reduzidos pela metade.

O relatório destaca que os gastos públicos com a educação pública brasileira têm sido ampliados, nos últimos anos, acima da média dos países com o mesmo nível de desenvolvimento do Brasil. Quanto à educação superior, aponta que os gastos são muito altos nas universidades e institutos federais, atingindo patamares semelhantes aos de países com o dobro do PIB per capita brasileiro. (BANCO MUNDIAL, 2017).

Há o reconhecimento de que houve uma melhora nos índices educacionais nacionais (o desempenho dos estudantes brasileiros da educação básica passou de 68% para 79% da nota média da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico-, entre 2002 e 2012), no entanto, salienta que esses resultados caíram em 2015 (de 79% para 77%) e que países com o mesmo perfil de gastos do Brasil, como Turquia, Chile e México, têm resultados mais satisfatórios. (BANCO MUNDIAL, 2017).

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

São ressaltados ainda problemas recorrentes da educação brasileira como altos índices de evasão escolar e reprovação e baixas taxas de conclusão do ensino médio. Um dos fatores apontados como decisivos para o desempenho sofrível de nossa educação é a “baixa qualidade dos professores”, que, de acordo com o relatório, são contratados sem muito critério e, o que é apontado como uma grave falha, não têm seus salários atrelados aos seus desempenhos. (BANCO MUNDIAL, 2017).

Em relação aos salários pagos aos professores da educação básica, o documento diz que eles estão em consonância com o que é pago em outros países com condições econômicas semelhantes às do Brasil, mas que os professores têm planos previdenciários muito generosos em comparação a outros países da OCDE, e a evolução automática de seus salários, de acordo com o acúmulo de formação e de anos de serviço, está bem além da média mundial. Já os salários dos professores universitários aparecem com valores superiores aos de países com renda per capita maior. (BANCO MUNDIAL, 2017).

O documento ainda indica que há excesso de professores nas escolas brasileiras. Para o Banco Mundial, um gasto mais eficiente pressupõe uma quantidade maior de alunos por sala de aula. Outra medida de eficiência sugerida é a ampliação das horas dos professores dedicadas a atividades em sala de aula, o que pressupõe a redução da carga horária dedicada à preparação de aulas, estudos e correção de avaliações (o documento destaca que a média internacional está na faixa de 15%). (BANCO MUNDIAL, 2017). Pelo visto, parte do ganho em eficiência nesse quesito será obtido com a transferência de quase todas essas atividades para as residências dos professores, que deverão executá-las a partir de horas de trabalho não remuneradas.

São apresentadas uma profusão de dados sobre o ensino superior que conduzem o leitor a entender que as despesas com o ensino superior são excessivas, além de injustas, por beneficiar mais a classe média e os ricos do que os mais pobres, que tem ocupado muito mais os bancos de universidades privadas. A principal sugestão para a educação superior pública é a introdução da cobrança de tarifas, inclusive com a ampliação do Fundo de

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Financiamento Estudantil (FIES) para atender também os estudantes de instituições de educação superior públicas. (BANCO MUNDIAL, 2017).

Para a contratação dos professores de educação básica, a sugestão é a que deve ser evitada a contratação por meio de concursos públicos, já que os professores concursados demandam mais despesas e há uma maior dificuldade para demiti-los. Outra sugestão, também com o objetivo de flexibilizar a contratação de profissionais para atuarem nas escolas e melhorar a eficiência do ensino, é o modelo das escolas charters, por meio do qual empresas privadas assumiriam o oferecimento de “serviços de educação”. (BANCO MUNDIAL, 2017).

Os aspectos que destacamos neste relatório do Banco Mundial estão alinhados aos princípios neoliberais, que têm sido os definidores dos rumos da educação brasileira desde os anos 1990: administração gerencial e de acordo com as regras do mercado como critério de eficiência; parcerias público-privadas; redução dos gastos estatais com serviços públicos; tendência à privatização (MELLO; FALLEIROS, 2005); flexibilização das leis trabalhistas, com uma maior facilidade para contratar, demitir, ampliar a carga de trabalho e reduzir salários etc. No entanto, precisamos destacar que esses princípios, neste documento, aparecem de forma muito mais radicalizada e, sem nenhum eufemismo, além da defesa de uma pretensa “justiça” e “equidade”, indica um caminho que, sem analisar mais a fundo todas as nuances dos problemas da educação brasileira, tende a deteriorar as condições de trabalho dos professores (atendimento de mais alunos, menos horas para a preparação de aulas e correção de avaliações e contratos de trabalho precários), a infraestrutura das escolas e compromete o oferecimento de uma educação de qualidade. Quanto ao ensino superior, o que o documento propõe cria uma barreira ainda maior ao acesso dos mais pobres a uma educação superior pública e de qualidade.

Para Antunes (2018), o que estamos vendo é um contexto em que os altos ganhos do capital têm sido garantidos às custas da devastação dos direitos sociais da população, com o desmonte da legislação trabalhista, da previdência (ainda em curso), educação pública e saúde pública. Não se coloca em questão, de forma séria e decisiva, uma radical redução dos juros e a

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS
taxação adequada de bancos, capitais e grandes fortunas.

O próprio FMI reconheceu, num artigo elaborado por três de seus principais economistas em 2016, que as políticas neoliberais além de não estimular o esperado crescimento econômico, acabaram contribuindo para a geração de maiores níveis de desigualdade, com claros prejuízos para a possibilidade de uma expansão econômica prolongada. (CARVALHO, 2018). Ainda assim, o bloco no poder no Brasil atual, sob o domínio da burguesia internacionalizada, tem agido no sentido da intensificação das políticas neoliberais (BOITO Jr., 2018), com graves prejuízos para o conjunto da população, que em sua maioria é dependente de serviços públicos e já tem sentido os efeitos da modificação das leis trabalhistas.

Conclusões

O cenário de expansão neoliberal possibilitou, a partir dos anos 1990, a ascensão de dois fenômenos aparentemente independentes: a internacionalização da educação superior, que foi impulsionada pela globalização e liderada pelas diretrizes do Banco Mundial, e a implementação, pelo Estado, de políticas educacionais de curto alcance para a educação básica e superior, que viabilizou a ampliação do acesso ao ensino em instituições privadas.

A análise dos documentos produzidos pelo Banco Mundial evidencia a tese de que este Organismo Multilateral, no tocante à educação superior, busca a vigência de políticas focais, como o FIES (1999) e o PROUNI (2004), e que estão ideologicamente alinhadas ao que se refere a esta suposta preocupação do Banco Mundial.

Ao estreitar o olhar para estes dois fenômenos que se apresentam por meio de um discurso travestido de boas intenções, percebe-se que ambos possuem como objetivo comum a mercadorização do sistema de educação no país e que, a atuação do Estado como agente regulador das políticas e diretrizes educacionais não atende às necessidades e demandas da educação pública e gratuita.

O BM representa, portanto, a agenda de mercado do grande capital e utiliza as recomendações contidas nos documentos que produz como

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

estratégia para inserir países em desenvolvimento como o Brasil, no contexto competitivo mundial do sistema educacional privado, com objetivos destoantes das práticas educacionais cuja finalidade é promover uma educação de qualidade e emancipatória.

As políticas sociais de Estado do Brasil, em total consonância com os interesses capitalistas, seguiram à risca as recomendações do BM ao implementar a partir da década de 1990, o projeto de ajuste neoliberal por meio da transferência de recursos do fundo público para o fundo privado da educação, alimentando e fortalecendo a acumulação de capital das grandes corporações da educação básica e superior.

Sendo assim, como o Estado, que acompanha a agenda do Banco Mundial e prioriza o fortalecimento de instituições de ensino privado por meio de políticas sociais focais de curto alcance, realizará a gestão de instituições de educação pública, gratuita, com espaços livres e independentes de produção de conhecimento científico? Essa contradição ideológica entre o Estado neoliberal e a educação pública e gratuita abre uma possibilidade tangível de privatização destes níveis de ensino.

Na contramão deste movimento é fundamental o fortalecimento da resistência no interior destas instituições, reconhecendo as escolas e universidades não apenas como ambientes de ensino e produção de conhecimento, mas também como espaços de luta e transformação social.

No plano mais imediato, apenas por meio das lutas sociais, com um processo amplo de resistência e a criação de uma agenda que busque beneficiar a todos, podemos modificar esse cenário. Serviços públicos universais e de qualidade e leis trabalhistas são primordiais para garantir uma vida minimamente digna aos trabalhadores. É possível retomar o crescimento por meio da expansão dos investimentos públicos e a supressão de subsídios excessivos, por exemplo. Estruturalmente, deveríamos pensar seriamente numa reforma tributária cujo peso maior deixe de ser sobre o consumo (dessa forma, pobres e ricos pagam a mesma coisa) e a produção e recaia mais sobre a renda e o patrimônio; redução das taxas de juros, ampliação da renda, entre outras medidas. (CARVALHO, 2018).

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS
Agradecimentos

Esta pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BANCO MUNDIAL (2017) **Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil, Banco Mundial, Working Paper, nov. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BASILIO, Ana Luiza. PNE chega ao quarto ano com apenas um dispositivo cumprido integralmente. **Carta Educação**, jun., 2018. Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/pne-chega-ao-quarto-ano-com- apenas-um-dispositivo-cumprido-integralmente/>> Acesso em: 28 ago. 2018.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp/ São Paulo: Editora da Unesp, 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95**, de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746**, de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 2.207, de 15 de abril de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/112019/decreto-2207-97>. Acesso em: 29 nov. 2018.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

BRASIL. **Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em:

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/111897/decreto-2360-97>.

Acesso em 29 nov. 2018.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: Do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Planta, 2004.

MELLO, M. P de. FALLEIROS, I. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. In: NEVES, L. M. W. **A nova Pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 175-205

SGUISSARDI, Valdemar. **Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?**. Educ. Soc. [online]. 2015, vol.36, n.133, pp.867-889.

WORLD BANK. **Financing education in developing countries – An exploration of policy options**. Washington, DC: The World Bank, 1986.

WORLD BANK. **Higher education: the lessons of experience**. Washington, DC: The World Bank Group, 1994. (Series Development in Practice).

WORLD BANK. **The financing and management of higher education – A status report on worldwide reforms**. Elaborado por D. Bruce Johnstone, com colaboração de Alka Arora e William Experton. Washington, DC: The World Bank, 1998.

WORLD BANK. **Task Force on Higher Education and Society. Higher education in developing countries: peril and promise**. Washington, DC: The World Bank, 2000. Disponível em: <<http://www.tfhe.net>>. Acesso em: 20 setembro 2019.